

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH PRÉTO E PARAIBUNA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2012, NA CIDADE DE BELMIRO BRAGA/MG.**

1 Aos 08 (oito) dias do mês de agosto de 2012, o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes  
2 Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna - CBH Preto e Paraibuna realizou sua 4ª Reunião Ordinária  
3 do ano de 2012, no Município de Belmiro Braga/MG, no Salão Paroquial de Belmiro Braga,  
4 situado à Rua Nicola Falci s/nº - Centro, com a finalidade de discutir a seguinte pauta: 1)  
5 Abertura; 2) Informes da Secretaria; 3) Aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada no  
6 dia 21/06/12, em Lima Duarte/MG; 4) Aprovação de envio de solicitação a Secretaria de Meio  
7 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais para que seja considerada  
8 a inclusão da UPGRHS PS1 na necessidade de elaboração da Avaliação Ambiental Integrada –  
9 AAI, como instrumento de apoio ao planejamento da implantação de novos empreendimentos  
10 hidrelétricos no Estado de Minas Gerais, conforme disposto na Deliberação Normativa COPAM nº  
11 175./2012 e nos moldes da Resolução SEMAD nº 1605/2012; 5) Palestra: "Plano Municipal de  
12 Saneamento" - Paulo Afonso Valverde Jr. (CBH Preto e Paraibuna); 6) Palestra: "Programa  
13 Sanear é Preciso" - Virgílio Furtado da Costa (AMPAR); 7) Palestra: "A Criação de Reserva  
14 Particular do Patrimônio Natural - RPPN e sua interface com a Gestão de Recursos Hídricos" -  
15 Eduardo de Araújo Rodrigues (IGAM); 8) Palestra: "RPPN: Como Criar e Porquê Criar" - Matheus  
16 Machado Cremonese (ONG PREA); 9) Assuntos Gerais; 10) Encerramento. O Conselheiro  
17 Vice-Presidente Maurício Boaventura Bernardo (Pref. de Belmiro Braga) fez a abertura da 4a.  
18 Reunião Ordinária do CBH Preto e Paraibuna agradecendo a presença de todos os Conselheiros  
19 e convidados e destacando a importância da realização desta reunião no município de Belmiro  
20 Braga. Em seguida o O Conselheiro Vice-Presidente convidou a todos para cantar o Hino  
21 Nacional e o Hino do Município de Belmiro Braga. Em seguida o Conselheiro Vice-Presidente  
22 convidou a aluna Diovana Guimarães Emídio, da Escola Estadual Belmiro Braga, que fez a leitura  
23 de um texto abordando a importância da preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente.  
24 O Conselheiro Vice-Presidente passou a palavra para o Conselheiro Presidente do CBH Preto e  
25 Paraibuna, Paulo Afonso Valverde Jr.(CESAMA), que agradeceu pela organização da reunião e  
26 pela utilização do espaço físico e equipamentos. Em seguida passou para o item 2 da pauta, que  
27 trata dos "Informes da Secretaria" e fez a seguinte leitura: a) No dia 26/06/12 o Conselheiro  
28 Presidente Paulo Afonso Valverde Jr. (CESAMA) participou da 4ª Reunião Ordinária da Câmara  
29 Técnica Consultiva do CEIVAP, que foi realizada em Itatiaia/RJ. Os Conselheiros Virgílio Furtado  
30 da Costa (AMPAR), Marilda Cruz Lima da Silva (Pref. de Rio Preto) e João Emidio Lima da Silva  
31 (IAVARP) também participaram desta reunião; b) No dia 03/07/2012, em Lima Duarte/MG,  
32 aconteceu a Oficina do Plano Municipal de Saneamento. A oficina foi ministrada pela Vallenge  
33 Consultoria, Projetos e Obras, empresa contratada pela Agência de Bacia do Paraíba do Sul  
34 (AGEVAP) para a execução dos trabalhos. Os Conselheiros Paulo Afonso Valverde Jr.  
35 (CESAMA), Maurício Boaventura Bernardo (Pref. De Belmiro Braga), Agostinho N. Riolino  
36 (DEMAE LD), Marliane A. de Almeida (DEMAE LD), Izabella S. C. P. Guedes (Pref. de Lima  
37 Duarte), Marilda Cruz Lima da Silva (Pref. de Rio Preto), João Emídio Lima da Silva (IAVARP),  
38 Irineu Ribeiro Maia (IAVARP) e Paulo Roberto Tenius Ribeiro (IEF) participaram do evento; c)  
39 No dia 05/07/2012, em Juiz de Fora, na Faculdade de Engenharia da UFJF, aconteceu a Reunião  
40 Preparatória da Ciea ZM - Microrregião de Juiz de Fora, para discutir o PréForEA de Ibitipoca. O  
41 Conselheiro e Secretário Adjunto Helder Alves de Souza (S.E.S.) participou da reunião e  
42 representou o CBH Preto e Paraibuna; d) No dia 01/08/12, em Itatiaia-RJ, aconteceu a 1ª  
43 Reunião Extraordinária da CTC/CEIVAP, que contou com a participação do Conselheiro  
44 Presidente Paulo A. Valverde Jr. (CESAMA); e) No dia 02/08/12, em Belmiro Braga, o  
45 Conselheiro Vice-Presidente Maurício Boaventura Bernardo participou da Audiência Pública do  
46 empreendimento PCH Cabuí, para discussão do EIA/RIMA; f) No dia 02/08/12, em Resende-RJ,  
47 aconteceu a 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da AGEVAP. Estavam presentes os  
48 seguintes Conselheiros do CBH Preto e Paraibuna: Paulo A. Valverde Jr. (CESAMA); Valter  
49 Caramello da Silva (Votorantim Metais) e Edson Machado G. Pinto (COPASA); g) Ofícios  
50 enviados ao IGAM: - Ofício nº 047/2012 de 06/06/12 - Assunto: Envio de ofício de indicação de  
51 Conselheiro Titular e Suplente do IEF ao GECBH/IGAM; - Ofício nº 048/2012 de 26/06/12 -  
52 Assunto: Alteração na Composição da Diretoria do CBH Preto e Paraibuna - Mandato 2009/2012  
53 - Conselheiro Helder Alves de Souza (Secretaria do Estado de Saúde) assumindo como  
54 Secretário Adjunto. Ofício enviado ao GECBH/IGAM; - Ofício nº 050/2012 de 26/06/12 - Assunto:

1  
Helder Alves de Souza

55 Encaminha o Relatório de Atividades do CBH Preto e Paraibuna - Período: Janeiro a Dezembro  
56 de 2011 à Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, Dr<sup>a</sup> Cleide Izabel  
57 Pedrosa de Melo; - Ofício nº 051/2012 de 26/06/12 - Assunto: Solicita Correção de informações  
58 no Portal dos Comitês de Bacia – MG ao GECBH/IGAM. Em virtude da falta de quórum,  
59 necessário para aprovação dos itens 3 e 4 da pauta o Conselheiro Presidente passou para o item  
60 5, que trata da palestra “Plano Municipal de Saneamento”. O Conselheiro Presidente iniciou a  
61 palestra informando que está utilizando o slide que foi cedido pelo Eng. Dr. Antonio Eduardo  
62 Giansante, quando apresentou palestra sobre o mesmo tema em uma reunião realizada na sede  
63 da CAIXA em Juiz de Fora, com a presença de Prefeitos e Técnicos das Prefeituras da região. O  
64 Conselheiro Presidente destacou que o plano municipal de saneamento é um instrumento de  
65 gestão previsto na Lei Federal nº. 11.445/2007 e no Decreto Federal nº. 7.217/2010, e que os  
66 municípios que não elaborarem este plano não terão acesso a recursos financeiros da união a  
67 partir de janeiro de 2014. Destacou ainda que segundo esta atual política nacional de  
68 saneamento básico considera-se saneamento básico os serviços de abastecimento de água;  
69 esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana e  
70 manejo das águas pluviais. O titular destes serviços é a Prefeitura, e cabe a ela contratar e  
71 elaborar o plano com a previsão da participação popular. As concessionárias de saneamento  
72 devem seguir os programas e ações previstas, prestando informações às agências reguladoras  
73 indicadas ou instituídas pela municipalidade. O Conselheiro Presidente finalizou a palestra  
74 informando que o tema merece atenção e estudo e que as ações indicadas pelo plano devem ser  
75 incorporadas ao plano plurianual do município (PPA), que estabelecem investimentos nas  
76 diversas áreas da administração pública municipal por um período de quatro anos. Após a  
77 palestra o Conselheiro Presidente verificou que o quórum mínimo foi atingido, e dessa forma  
78 passou para o item 3 da pauta que trata da Aprovação da Ata da 3<sup>a</sup> Reunião Ordinária, realizada  
79 no dia 21/06/12, em Lima Duarte/MG. O Conselheiro Presidente colocou a ata para aprovação  
80 da plenária, sendo aprovada por unanimidade. O Conselheiro Presidente Paulo Afonso Valverde  
81 Jr. (CESAMA) passou para o item 4 da pauta, que trata da “Aprovação de envio de solicitação a  
82 Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais para  
83 que seja considerada a inclusão da UPGRHS PS1 na necessidade de elaboração da Avaliação  
84 Ambiental Integrada – AAI, como instrumento de apoio ao planejamento da implantação de novos  
85 empreendimentos hidrelétricos no Estado de Minas Gerais, conforme disposto na Deliberação  
86 Normativa COPAM nº 175/2012 e nos moldes da Resolução SEMAD nº 1605/2012”. Iniciou o  
87 assunto fazendo a leitura do Ofício nº 02/2012 do Instituto Ambiental Vale do Rio Preto –  
88 IAVARP, abordando sobre a Resolução SEMAD nº 1.605/2012 e solicitando uma manifestação  
89 do CBH Preto e Paraibuna para inclusão da área de atuação do PS1 entre as UPGRH's onde há  
90 a exigibilidade da elaboração da AAI para implantação de novos empreendimentos hidrelétricos,  
91 evitando-se assim chegar a um estado crítico. O Conselheiro Presidente informou que a  
92 legislação citada foi enviada por e-mail para todos o(a)s Conselheiro(a)s. Explicou que  
93 inicialmente foi aprovada a Deliberação Normativa COPAM nº 175, de 08 de maio de 2012, que  
94 dispõe sobre a utilização da Avaliação Ambiental Integrada - AAI como instrumento de apoio  
95 ao planejamento da implantação de novos empreendimentos hidrelétricos no Estado de Minas  
96 Gerais, e que posteriormente foi assinada a Resolução SEMAD nº 1.605, de 01 de junho de 2012,  
97 determinando a realização da Avaliação Ambiental Integrada das Unidades de Planejamento de  
98 Gerenciamento de Recursos Hídricos – UPGRHS que menciona: SF1, DO4, SF7, SF4, GD2 e  
99 GD6. À partir do questionamento da plenária o Conselheiro Presidente informou que os  
100 empreendimentos hidrelétricos passam por licenciamento ambiental e seguem todo ritual  
101 estabelecido no que se refere a estudos e autorizações, e que a Avaliação Ambiental Integrada –  
102 AAI visa identificar e avaliar os efeitos sinérgicos e cumulativos resultantes dos impactos  
103 ambientais ocasionados pelo conjunto de aproveitamentos hidrelétricos nas bacias hidrográficas,  
104 e que dentre os objetivos desse instrumento destacam-se o desenvolvimento de indicadores de  
105 sustentabilidade da bacia; delimitação das áreas de fragilidade ambiental e de conflitos, bem  
106 como as potencialidades relacionadas aos aproveitamentos; e identificação de diretrizes  
107 ambientais para a concepção de novos projetos de geração de energia elétrica. O Conselheiro  
108 Evandro Florêncio (FEAM) auxiliou nos esclarecimentos e informou que é um assunto recente,  
109 que de fato ainda não foi muito divulgado e explicado. O(a)s Conselheiro(a)s questionaram quem  
110 vai arcar com os custos da elaboração do AAI, pois se os empreendimentos são leiloados e cada  
111 empresa que vence é responsável por uma unidade a ser implantada em uma determinada bacia

*Paulo Afonso Valverde Jr.*

112 hidrográfica fica a dúvida de quem assume e coordena um estudo que avalie os efeitos  
113 sinérgicos e cumulativos. O Conselheiro Virgílio Furtado da Costa (AMPAR) disse que todos  
114 deveriam estudar mais o assunto para depois votar. O Conselheiro e Secretário Adjunto Helder  
115 Alves de Souza (S.E.S) lembrou que é importante ressaltar os impactos ambientais que de fato  
116 são ocasionados pelos empreendimentos do setor elétrico. O Conselheiro Valter Caramello da  
117 Silva (Votoratin Metais) também apresentou questionamentos sobre o tema e apontou a falta de  
118 informações detalhadas para decisão da plenária. O Conselheiro Irineu Ribeiro Maia (IAVARP)  
119 pediu a palavra e manifestou que aprovando o envio da manifestação do CBH Preto e Paraibuna  
120 a SEMAD estaremos adotando uma postura de prudência e preocupação com a questão aqui  
121 discutida, e que precisamos adotar uma medida de conservação da nossa bacia hidrográfica. O  
122 Conselheiro Presidente destacou que nossa manifestação, caso seja aprovada, será enviada ao  
123 Sr. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do  
124 Estado de Minas Gerais, que pode decidir por acatar ou não. O Conselheiro Presidente informou  
125 que de forma independente do resultado da votação deste tema podemos programar uma  
126 discussão mais aprofundada com a participação de convidados que possam esclarecer sobre  
127 licenciamento ambiental de empreendimentos do setor elétrico e AAI. Colocada em votação a  
128 proposta, conforme item 4 da pauta, foram apurados 14 (quatorze) votos a favor e 04 (quatro)  
129 contra. Os Conselheiros Virgílio Furtado da Costa (AMPAR), Valter Caramello da Silva (Votoratin  
130 Metais), Romina de Paiva Torres (FIEMG) e Sebastião Carlos de Lima (CEMIG) solicitaram que  
131 os votos contrários ficassem declarados nesta ata. O Conselheiro Presidente informou a todos  
132 que para a próxima reunião vai tentar providenciar palestras com os temas "Licenciamento  
133 Ambiental do Setor Elétrico" e "Avaliação Ambiental Integrada – AAI" para que este assunto  
134 seja mais discutido por todos. O Conselheiro Presidente anunciou o intervalo para almoço.  
135 Retornando do almoço o Conselheiro Presidente anunciou o item 5 da pauta, que trata da  
136 Palestra: "Programa Sanear é Preciso", a ser apresentada pelo Conselheiro Virgílio Furtado da  
137 Costa (AMPAR). O Conselheiro agradeceu pela oportunidade de apresentar o trabalho  
138 desenvolvido pela Associação dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraibuna – AMPAR e  
139 iniciou a palestra falando sobre a fundação da AMPAR, sua área de atuação, organização e  
140 municípios associados, que estão tanto na bacia dos Rios Preto e Paraibuna quanto na bacia  
141 dos Rios Pomba e Muriaé. Apresentou o programa "Sanear é Preciso", que foi criado pela Ampar  
142 no ano de 2008, com o propósito de buscar ações e soluções para o saneamento básico dos  
143 municípios que não possuíam o sistema de esgotamento sanitário e destinação final do lixo  
144 urbano adequado, buscando a elaboração e execução de projetos executivos, garantindo  
145 melhores condições de vida às populações, protegendo os recursos hídricos e buscando a  
146 sustentabilidade da infraestrutura urbana. Passou a destacar as fontes de recursos financeiros  
147 que estão possibilitando a elaboração de projeto, sendo a principal delas o recurso da cobrança  
148 pelo uso da água de domínio da União, arrecadado pelo CEIVAP. Citou que inicialmente a Ampar  
149 encontrou dificuldade para participar do edital de liberação dos recursos financeiros em função do  
150 nível de exigência de documentos e detalhamentos técnicos, mas que a equipe da associação  
151 rapidamente se mobilizou e se capacitou para cumprir este objetivo. No Edital CEIVAP 2009  
152 foram obtidos R\$ 822.429,80 para elaboração de oito projetos de sistemas de esgotamento  
153 sanitário, quatro projetos para unidade de triagem/compostagem e aterro sanitário e dois para  
154 plano municipal de saneamento. Além disso, neste mesmo edital, um dos municípios associados  
155 obteve R\$ 326.047,37 para implantação de aterro sanitário (obra). Desde então a Ampar e seus  
156 municípios associados já captaram junto ao CEIVAP R\$ 3.488.588,53 e junto ao FHIDRO  
157 R\$280.541,53, sendo a maior parte dos investimentos em projetos que irão possibilitar  
158 investimentos de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) para construção de  
159 unidades de triagem e compostagem, aterro sanitário, sistema coletor de esgoto e estação de  
160 tratamento de esgoto. Todos estes investimentos irão proporcionar melhoria na qualidade das  
161 águas. Tão logo estas ações estejam bem implementadas o palestrante informou que a Ampar,  
162 em seus próximos passos, vai passar a investir seus esforços em elaboração dos PMDRU -  
163 Planos Municipais de Drenagem Urbana; implantação do CIMSA – Consórcio Intermunicipal de  
164 Saneamento e ainda implantação do Programa de Prevenção de Inundações. Concluída a  
165 palestra o(a)s Conselheiro(a)s fizeram perguntas ao Conselheiro Virgílio Furtado da Costa  
166 (AMPAR) para maior detalhamento das ações. O convidado Eduardo Araújo Rodrigues (IGAM),  
167 que nesta reunião representa o Conselheiro José Eduardo Nunes de Queiroz (IGAM), por  
168 procuração, manifestou sua satisfação em conhecer a abrangência deste trabalho desenvolvido

Helder  
Queiroz<sup>3</sup>

169 pela Ampar e se colocou à disposição para auxiliar naquilo que estiver ao seu alcance. O  
170 Conselheiro Presidente agradeceu pela palestra do Conselheiro Virgílio Furtado da Costa  
171 (AMPAR) e declarou que acompanha este trabalho de perto e sabe do grande esforço do  
172 Conselheiro e de toda a equipe da Ampar para que tudo isso aconteça. Passando para o item 7  
173 da pauta, que trata da palestra: "A Criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN e  
174 sua interface com a Gestão de Recursos Hídricos" o Conselheiro Presidente convidou o Sr.  
175 Eduardo de Araújo Rodrigues (IGAM), que iniciou a palestra apresentando as premissas legais  
176 para a criação de Unidades de Conservação (UC), em especial para as Reservas Particulares do  
177 Patrimônio Natural - RPPNs, evidenciando os direitos e deveres dos proprietários destas áreas e  
178 os benefícios para o meio ambiente, com ênfase na proteção dos recursos hídricos. Desta forma,  
179 procurou demonstrar aos participantes que o foco na criação de RPPNs para proteção de  
180 mananciais pode ser um importante instrumento de conservação da qualidade e quantidade de  
181 recursos hídricos, podendo reverter não só a situação de degradação ambiental, mas também  
182 econômica da propriedade rural e incrementar atividades como a de geração de energia, bem  
183 como reduzir os custos da disponibilização de água de boa qualidade para a sociedade. Ao final  
184 das palestras o(a)s Conselheiro(a)s fizeram perguntas ao Sr. Eduardo de Araújo Rodrigues  
185 (IGAM) para maior entendimento das questões abordadas. Passando para o item 8 da pauta,  
186 que trata da palestra "RPPN: Como Criar e Porquê Criar", o Conselheiro Presidente convidou o  
187 Conselheiro Matheus Machado Cremonese, que é diretor administrativo do PRograma de  
188 Educação Ambiental – ONG PREA e membro deste Comitê, para iniciar a apresentação. O  
189 Conselheiro agradeceu pelo convite e pela oportunidade e iniciou a apresentação com o objetivo  
190 de informar aos presentes, sobre a importância e o que vem a ser uma RPPN, a qual se destaca  
191 enquanto uma unidade de conservação de domínio privado, caracterizada por promover a  
192 conservação da diversidade biológica, sendo criada por iniciativa do proprietário da área. Outro  
193 objetivo da palestra, foi despertar o debate e buscar incentivar a criação de RPPNs nos  
194 municípios pertencentes à bacia dos rios Preto e Paraibuna, como forma de incrementar a  
195 "produção de água". A dinâmica utilizada para a apresentação, foi a formulação de uma série de  
196 questões, através das quais buscou-se responder as dúvidas mais freqüentes quando se trata  
197 das RPPNs. Dentre as questões trabalhadas foi apresentado todo o rol de documentos a serem  
198 protocolados junto ao IEF para que seja feita a solicitação de criação da reserva. Foi feita a  
199 apresentação dos locais onde pode ser criada uma RPPN, de modo a frisar que esta, pode ser  
200 criada em qualquer propriedade particular, que possua relevante importância pela sua  
201 biodiversidade, aspecto paisagístico ou que tenha características ambientais que justifiquem sua  
202 recuperação. Foi também exposto, quais os tipos de atividade que podem ser realizadas em uma  
203 RPPN, de modo que se destacam as atividades de pesquisa, educação ambiental, culturais, além  
204 do ecoturismo (desde que não comprometam o equilíbrio do ecossistema). Outro ponto de  
205 destaque na apresentação foi o retorno que pode ser obtido pelo proprietário rural ao criar uma  
206 RPPN, tais como: repasse ao município e proprietário rural de parte do ICMS ecológico e  
207 Pagamento por Serviços Ambientais; a RPPN não poderá ser desapropriada para fins sociais,  
208 pois já cumpre sua função social; isenção de ITR para as áreas florestadas; prioridade na análise  
209 de solicitação de crédito agrícola; apoio financeiro para a criação da reserva; prioridade na  
210 análise de concessão de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente para projetos de  
211 implantação e gestão das áreas. Por fim foram apresentados alguns números referentes ao  
212 volume de RPPNs criadas no país, cujas áreas se somadas, seria algo em torno de 700 mil  
213 hectares protegidos, segundo dados dos anos 2000/2001. O Conselheiro Presidente agradeceu  
214 ao Conselheiro Matheus Machado Cremonese (PREA) pela palestra. Para finalizar a reunião,  
215 como último item de pauta, o Conselheiro Presidente deixou em aberto para assuntos gerais.  
216 Não havendo nada a ser tratado o Conselheiro Presidente Paulo Afonso Valverde Júnior  
217 (CESAMA) encerrou a reunião e fez um agradecimento pela participação e presença de todos.

218  
219 Conselheiros presentes na 4ª Reunião Ordinária – Mandato 2009/2012: 1- Poder Público  
220 Estadual: Helder Alves de Souza (Sec. Est. de Saúde); Geraldo Gomes dos Santos (Sec. Est. de  
221 Saúde); Cláudia Maria Lourenço de Oliveira (IEF); Paulo Roberto Tenius Ribeiro (IEF); Evandro  
222 Florêncio (FEAM); Eduardo A. Rodrigues com procuração de José Eduardo Nunes de Queiroz  
223 (IGAM); 2- Poder Público Municipal: Maurício Boaventura Bernardo (Pref. de Belmiro Braga);  
224 Maria Magaly H. S. Bucci com procuração de José Mauro Barino (Pref. de Juiz de Fora); Edvaldo  
225 Cesário da Silva (Pref. de Simão Pereira); Marilda Cruz Lima da Silva (Pref. de Rio Preto);

226 Firmino de Abreu Neto (Pref. de Pedro Teixeira). 3- Usuários: Paulo Afonso Valverde Júnior  
227 (CESAMA); Valter Caramello da Silva (Votoratin Metais); Sebastião Carlos de Lima (CEMIG);  
228 Eduardo Machado Coutinho (COPASA); Romina de Paiva Torres (FIEMG); Agostinho Nardy  
229 Riolino (DEMAE Lima Duarte); Marliane Alves de Almeida (DEMAE Lima Duarte); 4- Sociedade  
230 Civil: Maria Magaly H. S. Bucci (CONPAR); João Emídio Lima da Silva (IAVARP); Irineu Ribeiro  
231 Maia (IAVARP); Matheus Machado Cremonese (PREA); Virgílio Furtado da Costa (AMPAR);  
232 Rosilea Fernandes Pereira Faza (AMPAR).  
233

234 Ausências Justificadas: Henrique da Silva Pizzo (CESAMA); Francisco de Paula Lima Netto  
235 (SENGE MG); Joaquim Arildo Borges (Rural Minas); Gilberto Malafaia de Oliveira (EMATER);  
236 José Eduardo Nunes de Queiroz (IGAM); Artêmio de Souza Silva (Energisa); Silvano Torres  
237 Mendes (P. M. de Meio Ambiente); Ricardo Valle Caetano (P. M. de Meio Ambiente); Sérgio  
238 Augusto Rodrigues Goulart (UTE-JF).  
239

240 Convidados presentes na 4ª Reunião Ordinária: Paulo Sérgio de Oliveira (Prefeitura Municipal de  
241 Rio Preto); Cláudia Adriana de Oliveira (Escola Estadual de Ensino Médio Santa Bárbara) e  
242 alunos; Daniel Caputo da Fonseca (Prefeitura de Belmiro Braga); Jardel de Souza Moraes  
243 (Escola Estadual de Belmiro Braga); Sônia Maria Rodrigues (Escola Estadual de Belmiro Braga);  
244 Sylmara Maia Ferreira (Diretora da Escola Estadual de Belmiro Braga) e seus alunos; José  
245 Arnaldo de Castro (Rio Pomba - Consultoria).  
846

247  
248  
249  
250  
251  
252  
253  
254  
255  
256  
257  
258

  
Paulo Afonso Valverde Júnior  
Presidente

  
Maurício Boaventura Bernardo  
Vice-Presidente